

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras nos anos de 2016 e 2017.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLV

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/10.58164/wwhq-fj19>

A CPLP e a posição estratégica de Angola na África subsariana

ALVES DA ROCHA

A África tem visto a sua dinâmica de crescimento atenuar-se nos últimos anos (2012–2015), principalmente devido ao comportamento em baixa dos preços da generalidade das *commodities*, à diminuição dos fluxos de investimento privado (desviados para os Estados Unidos depois de superados os efeitos da crise de 2008/2009), às dificuldades de obtenção de financiamentos internacionais e à redução das ajudas financeiras ao desenvolvimento (IMF, Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa, October 2015). De uma taxa média anual de variação real do PIB de cerca de 5,5% durante o período entre 2000 e 2012, os últimos registos apontam para um valor de 2,5%. Os dois grandes motores do crescimento económico de África (a Nigéria e o Egipto) apresentaram comportamentos tímidos nos últimos anos, respectivamente 2,6% para o primeiro e menos de 2,1% para o segundo país. A África do Sul, outro gigante económico africano, desde há bastante tempo que tem vindo a creditar registos bastante modestos de crescimento do seu PIB (média geral de 2,4% ao ano, entre 1989 e 2015) e apenas 1,7% em média anual, entre 2013 e 2015.

A despeito destes apontamentos menos positivos, o actual presidente do Banco Africano para o Desenvolvimento, Akinwumi Adesina, reafirma a actualidade da narrativa “África em Ascensão” apresentada justamente nos melhores anos do seu crescimento económico: “o pior da presente crise económica já ficou para trás, antecipando uma taxa de variação do PIB do continente de 3,5% em 2016 e 3,7% em 2017”¹.

Todo o Continente africano tem actualmente uma população de 1,9 mil milhões de pessoas, podendo, até 2100, chegar a 4,4 mil milhões, segundo as projecções das instituições especializadas em demografia das Nações Unidas. No entanto, e de acordo com Sebastião António Martins (A Segurança Regional Africana — O Contributo da República de Angola para a Segurança Regional,

¹ Cf. *Semanário Nova Gazeta*, 29 de Setembro de 2016.

artigo inserido na Revista Académica da Universidade Católica de Angola, LUCERE, a ser lançada em Janeiro de 2017), *“as diferenças sociais, étnicas, religiosas e culturais não estão, ainda, em algumas partes de África, suficientemente enquadradas no sistema político e representadas no aparelho representativo, sendo, por isso, fonte de conflitos”*, acrescentando que *“no plano real, apesar de o continente africano ter visto um crescimento económico exponencial acima da média mundial e só abaixo do asiático, esse crescimento é suplantado pelo crescimento demográfico, que é insuficientemente distribuído, concentrado num pequeno grupo de países, não correspondendo a efeitos que reduzam a desigualdade, e enfraquecido pela falta de governança e pela fragilidade do sistema empresarial”*. Este mesmo sociólogo e especialista em assuntos de segurança regional em África afirma que *“um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento africano prende-se com a proliferação de conflitos armados, de várias espécies”*, ou seja, que sem estabilidade política as condições básicas para o crescimento económico e o desenvolvimento social não estão asseguradas (o agravamento da situação político e militar na Região dos Grandes Lagos, com especial incidência na República Democrática do Congo, que levou a que as autoridades angolanas retirassem o seu Embaixador do país, a 30 de Setembro de 2016), contrariando-se, ao menos em parte, o optimismo do Presidente do BAD.

Angola atravessa, desde 2009, uma situação económica e social bastante difícil, sem estruturas económicas, institucionais, sociais e empresariais capazes de mitigarem os tremendos efeitos negativos provenientes da queda do preço do barril do petróleo. De uma taxa média anual de variação do PIB de 11% (2002/2008), passou-se para um valor de 2,8% em 2015, praticamente o mesmo que a taxa de crescimento da população. Apesar disso, e de se não terem realizado as reformas estruturais exigidas por um processo de substituição das importações e de diversificação das exportações — tendo-se, portanto, perdido oportunidades de o fazer com custos económicos e sociais mínimos — Angola detém um peso (económico e político) relevante em África, nos PALOP, na CPLP, na SADC e na CEEAC. Foi estabelecida uma estratégia diplomática visando conferir a Angola um reconhecimento político em alguns organismos regionais africanos, como a SADC, região dos Grandes Lagos, Golfo da Guiné (que reúne os países produtores de petróleo dessa região) e mesmo a CPLP, apesar de a sua preponderância económica ser menos relevante do que noutras sub-regiões essencialmente africanas (PALOP, SDAC e CEEAC): *“o seu prestígio tem-se feito valer diplomaticamente, pois Luanda tem*

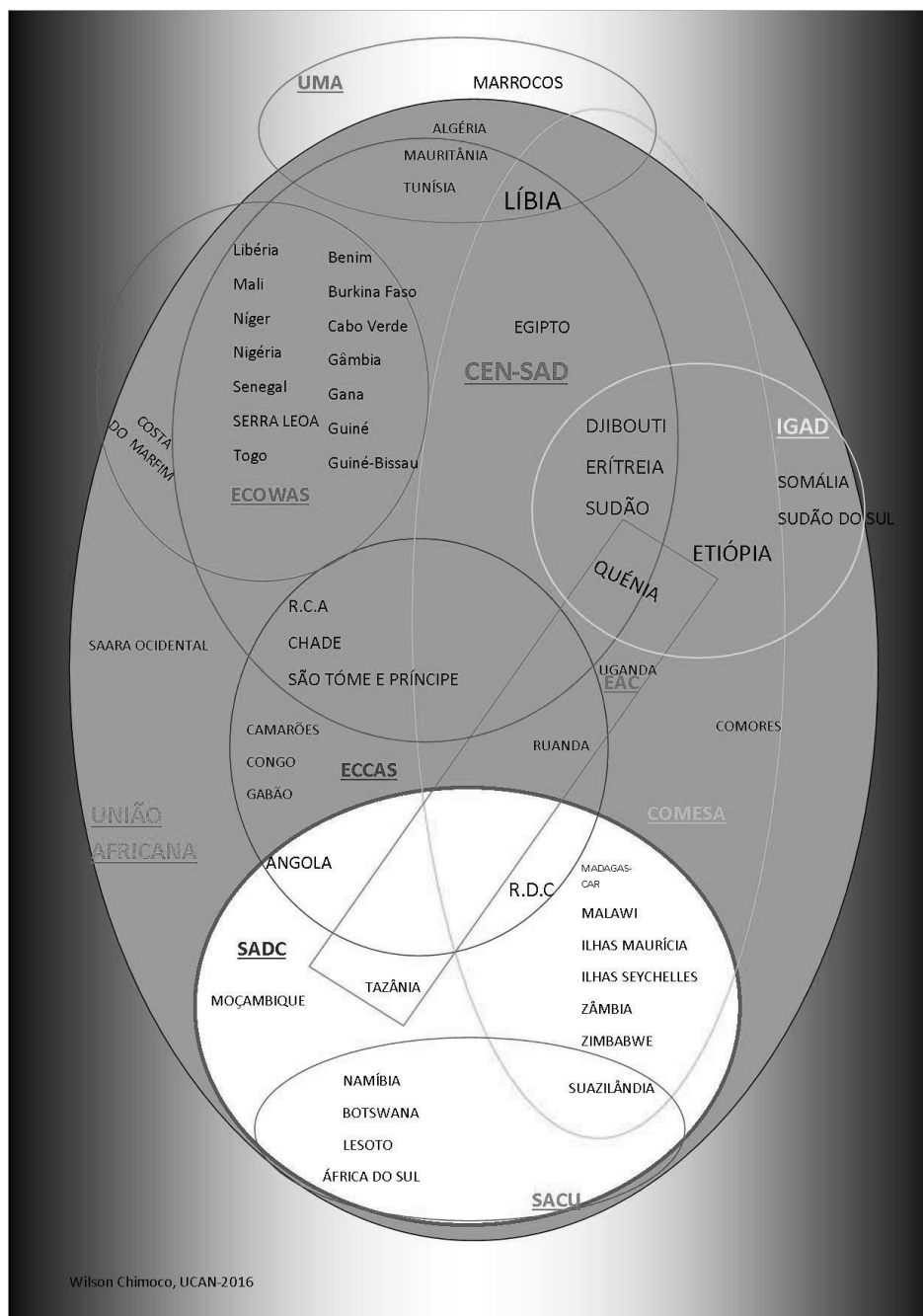
servido como um hub para diplomatas europeus, africanos, americanos e da ONU, circunstância que denota a crescente importância que os demais Estados têm dado à República de Angola, na resolução de questões relacionadas com a República Democrática do Congo, a República Centro Africana, a região dos Grandes Lagos, entre outros”².

A UA reconhece oito Comunidades Económicas Regionais (REC) que são os pilares da Comunidade Económica Africana: a CEN-SAD (Comunidade dos Estados Sahelo-Sarianos), o COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), a EAC (Comunidade da África Oriental), a ECCAS (Comunidade Económica dos Estados da África Central), a ECOWAS (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), a IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e a AMU (União do Magrebe Árabe), cuja síntese está na figura seguinte.

Justamente nesse sentido, Angola integra várias organizações regionais africanas, tais como a SADC (fundada em 1992), a CEEAC (adesão em 1999), NEPAD (integração em 1995), o Banco Africano de Desenvolvimento (membro em 1980) e CGG (fundada em 2001 e que, inclusivamente, tem a sua sede em Luanda), para além da própria União Africana à qual aderiu ainda enquanto Organização de Unidade Africana, em 1975. Dum ponto de vista internacional, o país é membro da Organização Mundial do Comércio à qual se juntou em 1996, do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (1989) e da OPEP, em cuja organização se incorporou em 2007. No espaço lusófono, Angola é país-fundador dos PALOP e da CPLP.

Angola detém uma posição económica dominante nos PALOP e na CEEAC, da qual retira, evidentemente, alguns dividendos políticos e na SADC e CPLP aparece como relevante em termos de Rendimento Nacional Bruto, a despeito das incidências negativas da crise financeira e económica mundial de 2008/2009 e da actual recessão nos preços do barril de petróleo. Também em África e na África Subsariana a posição económica de Angola é significativa. A tabela seguinte visualiza o seu posicionamento (sendo o indicador de comparação o Rendimento Nacional Bruto de cada um dos países dos agrupamentos considerados).

² Cf. Almeida, E. C. A., “A participação de Angola no Conselho de Segurança da ONU e a sua contribuição para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana”, in *Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas: Desafios e Oportunidades*, Conferência, ISCTE-IUL, Lisboa. 6 de Março de 2015 [<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8598>].



Elaborado por Wilson Chimuco, aluno de Integração Económica da Faculdade de Economia da UCAN.

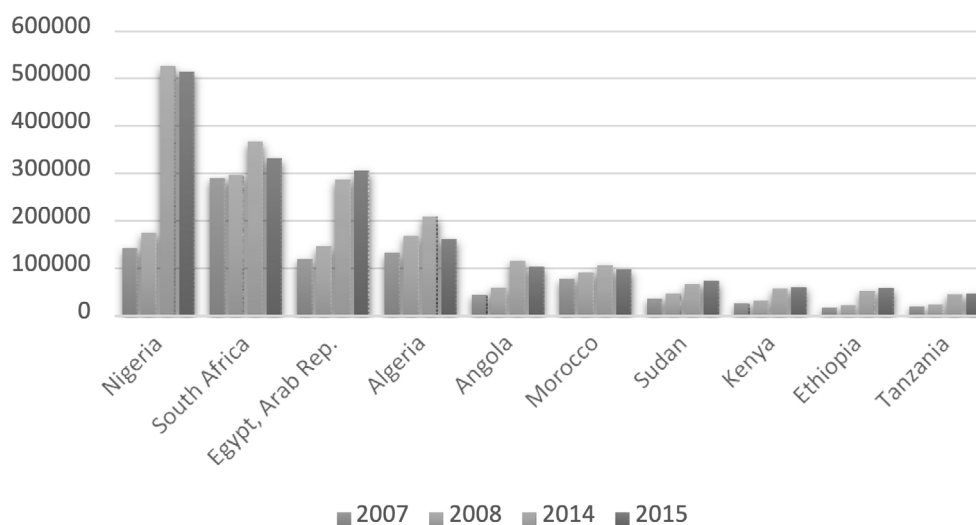
**POSIÇÃO DE ANGOLA NAS ORGANIZAÇÕES
ECONÓMICAS REGIONAIS EM ÁFRICA**

	PALOP		SADC		CEEAC		África		ASS	
Angola	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
	1.º	1.º	2.º	2.º	1.º	1.º	5.º	5.º	3.º	3.º

Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

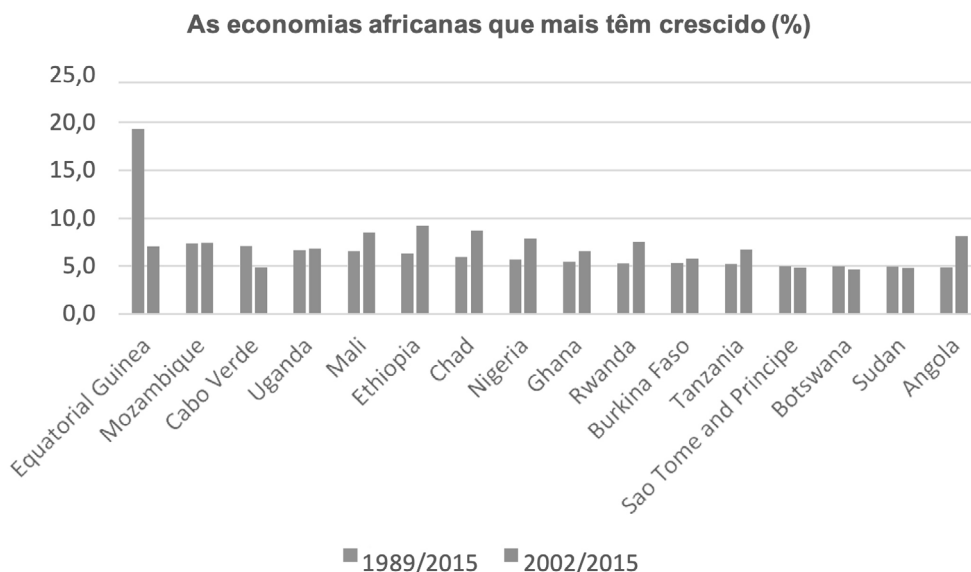
Mas, ainda que a posição de Angola naqueles rankings seja significativa, a expressão nominal do seu PIB é pequena em relação aos seus parceiros.

As maiores economias africanas em RNB (milhões de USD)



Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

Igualmente Angola apresenta taxas médias anuais de crescimento do PIB de longa duração medianamente elevadas, ainda que tivessem tido como seu factor essencial as exportações de petróleo.

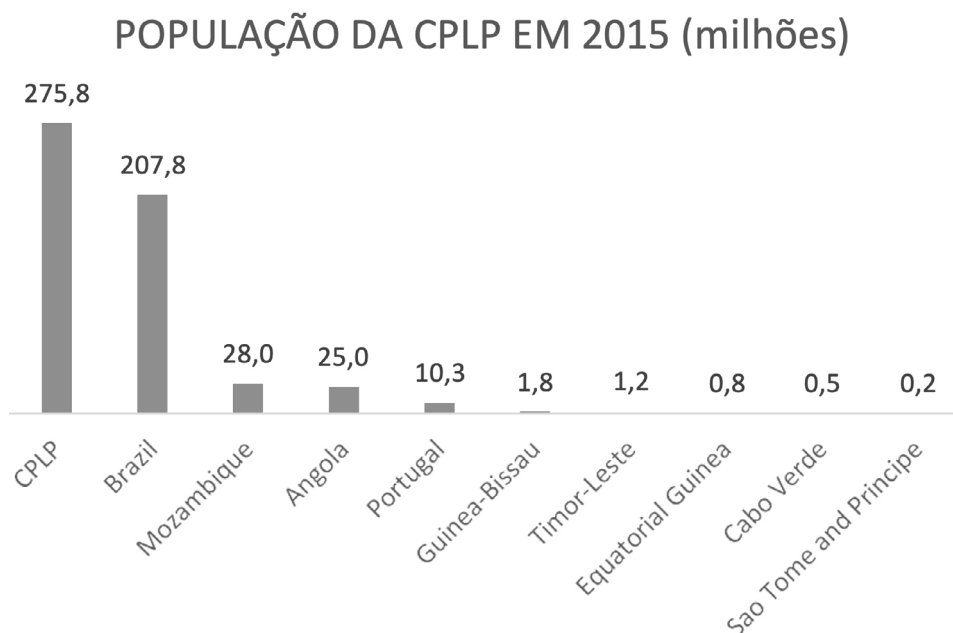


Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

No entanto, a estrutura produtiva angolana é fraca, com uma capacidade de resiliência a choques externos muito baixa, sem diversificação que aumente a densidade de relações produtivas internas, sem alternativas a curto prazo quanto a outras fontes de financiamento da economia e da actividade do Estado (que não sejam os empréstimos externos com consequências negativas sobre a dívida pública e a dívida externa) e com problemas sérios ao nível do capital humano e capital institucional. Por exemplo, a Nigéria, o Gabão, o Congo e mesmo os Camarões, também países produtores de petróleo, mostraram índices médios anuais de crescimento das suas economias superiores às de Angola, entre 2013 e 2015. O que significa, em conclusão, que as excelentes posições nos rankings do RNB não têm sustentabilidade na estrutura produtiva interna de Angola, que necessita urgentemente de dar início a um processo consistente de diversificação, eliminando-se quer os obstáculos conjunturais (ambiente de negócios propício ao investimento privado, corrupção, tráfico de influências, compadrios e incompetências diversas), quer os de natureza mais profunda revertíveis ao capital humano, capital institucional e capital empresarial.

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um espaço muito desigual, pelo menos em 3 itens: população, economia e indicadores sociais.

Em termos populacionais o panorama expressa-se nos números do gráfico seguinte.

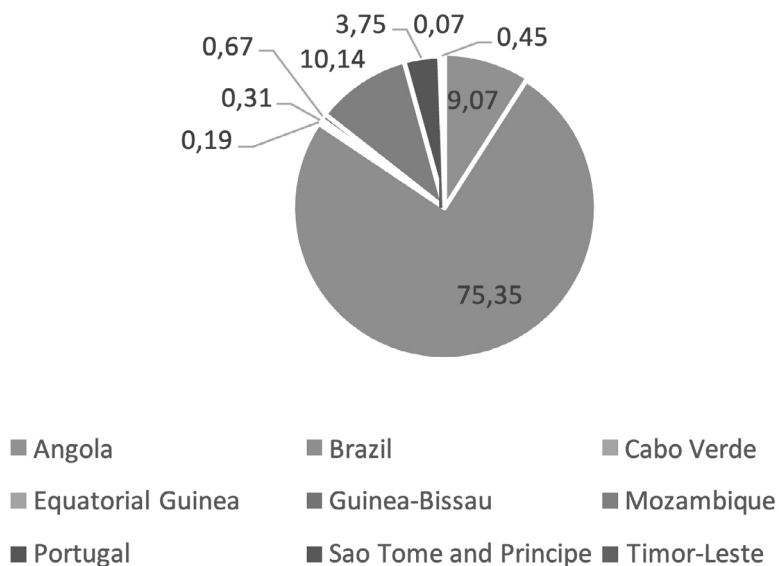


Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

Brasil, Moçambique e Angola concentram praticamente 95% da população total da CPLP, mas só o Brasil tem mais de $\frac{3}{4}$, podendo ser uma factor adicional de atracção de actividade económica, dada a massa crítica de procura final endógena que isso pode representar. Acresce que o rendimento médio em 2015 foi de 9850 USD.

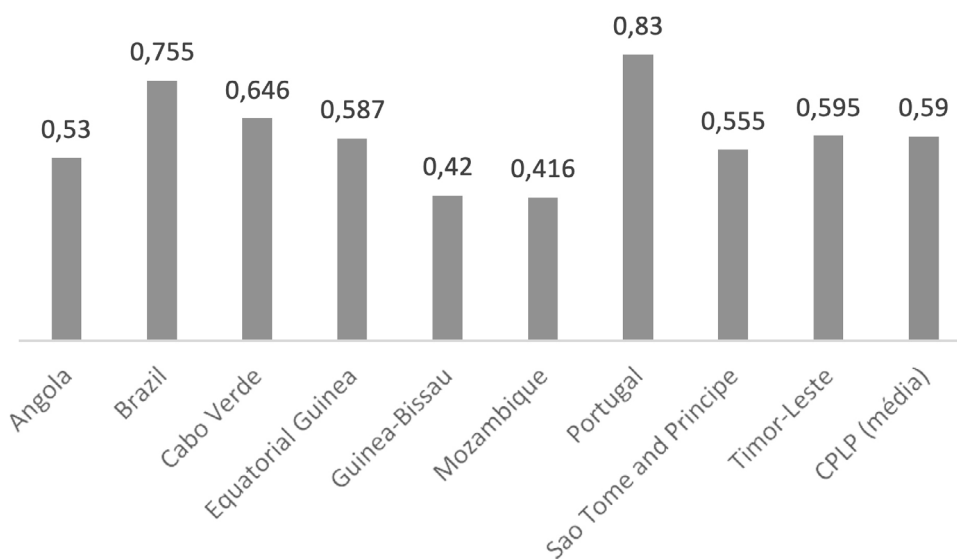
Mas as discrepâncias projectam-se, como se referiu noutras áreas, como a social. Por exemplo, Portugal está classificado como um país de desenvolvimento humano muito elevado, enquanto Angola, Guiné-Bissau e Moçambique de desenvolvimento humano baixo. Pelo meio tem-se o Brasil com um elevado desenvolvimento humano e Guiné Equatorial, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Timor-Leste com desenvolvimento humano médio.

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO EM 2015 (%)



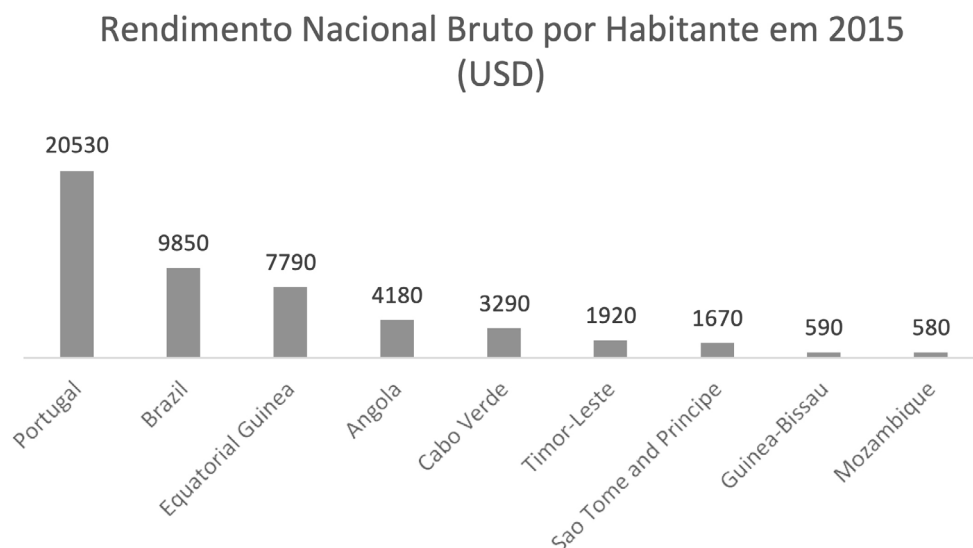
Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

IDH 2014



Fonte: Dados sobre o Rendimento Nacional Bruto retirados de World Development Indicators, World Bank, 2015.

Igualmente, o rendimento nacional bruto por habitante revela desproporções enormes, sendo novamente Portugal o país da CPLP com melhores condições de vida.



Fonte: World Development Indicators, World Bank, 2015.

Mas também do ponto de vista económico as diferenças são enormes, ainda que Angola detenha a terceira posição na classificação baseada no Rendimento Nacional Bruto.

Brasil, Portugal e Angola detiveram praticamente 99% da riqueza gerada em 2015, respondendo o último país com quase 5% do total, o que, à semelhança dos espaços geográficos africanos, lhe confere uma posição de relevância para o mundo dos negócios.

Conforme sublinhado anteriormente, Angola vive, desde 2013, uma situação muito séria de redução do seu ritmo de crescimento económico, com projecções negativas sobre a situação financeira e particularmente sobre as condições de vida da população. O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola elabora estudos económicos e sociais sobre a realidade do país e as últimas constatações (ver Relatório Económico 2015 e Relatório Social 2015) apontam para depois de 2020 um regresso a dinâmicas de

crescimento do PIB em redor de 4% ao ano. Quando a diversificação da economia estiver num estágio que confira maior competitividade à sua estrutura produtiva e às exportações, aquele ritmo poderá subir para 6% ao ano.

Rendimento nacional bruto (milhões de USD)		
	2014	2015
Brazil	2429861	2047110
Portugal	221441	212490
Angola	116319	104489
Mozambique	16803	16355
Equatorial Guinea	8380	6587
Timor-Leste	3238	2386
Cabo Verde	1772	1712
Guinea-Bissau	1062	1086
Sao Tome and Principe	312	312
TOTAL	2799187	2392527,1

Contudo, é fundamental que reformas macroeconómicas sejam aprofundadas e consolidadas e vícios como a corrupção generalizada, tráfico de influências e compadrios diversos sejam definitivamente banidos.

Se assim for, o Rendimento Nacional Bruto de Angola poderá colocar-se na faixa dos 180 mil milhões de USD, em 2025. Numa perspectiva estritamente de negócios, Angola representa mais, dada a posição económica que detém nos PALOP, CEEAC e SADC e o prestígio político e diplomático de que actualmente goza em todas as instituições continentais e regionais.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 6 DE OUTUBRO DE 2016)